**UnB/TGP2/TURMA 2017: Assinale F ou V:**

1. Um consumidor Chinês, domiciliado no Brasil, poderá promover a ação civil de indenização com base no Código do Consumidor contra uma empresa sediada na China que não tenha filial no Brasil ( )
2. Em caso de jurisdição civil concorrente pode a Justiça Brasileira admitir e reconhecer uma sentença estrangeira, o que não ocorre na hipótese de “competência” internacional civil exclusiva ( )
3. Pode ser proposta uma ação de Inventário no Brasil, quando os bens do *de cujus* estejam no território nacional, o que ensejará a “competência” internacional exclusiva da Justiça Brasileira ( )
4. Uma ação reivindicatória de imóveis situados no Brasil envolvendo dois estrangeiros residentes na Bélgica pode ser proposta no Brasil, tratando-se na hipótese de jurisdição internacional exclusiva da Justiça Brasileira ( )
5. Litispendência, para fins dos limites da jurisdição internacional, significa mesmas partes, mesmo objeto e mesma causa de pedir entre ações no estrangeiro e no Brasil ( )
6. Não poderá ser apreciada na justiça brasileira lide civil em que uma empresa/atuora domiciliada no Brasil e uma empresa/ré estrangeira com domicílio no exterior firmam contrato que elege o foro estrangeiro para a resolução de pendências judiciais entre ambas ( )
7. Numa ação de nulidade de contrato firmado e a ser cumprido em outro país basta que demandante ou demandado tenha domicílio no Brasil para que possa firmar-se a jurisdição pátria concorrente ( )
8. Haverá litispendência entre um processo em curso no México e outro idêntico no Brasil nas hipóteses de cobrança de alimentos ou de ação civil promovido por pessoa incapaz ( )
9. Tratando-se de jurisdição civil exclusiva brasileira não pode haver contrato de eleição de foro em favor da Justiça Estrangeira, nem é possível homologação de sentença estrangeira no Brasil ( )
10. O princípio da aderência ao território da jurisdição impede que uma sentença de juiz brasileiro possa ser reconhecida e executada, espontânea ou compulsoriamente, em Estado Estrangeiro ( )
11. Se os herdeiros se encontram no Brasil, mas o imóvel a ser partilhado via judicial se encontra na Líbia, a Justiça Brasileira possui “competência” concorrente para apreciar o caso sucessório ( )
12. Compete à Justiça brasileira julgar incondicionalmente o crime de extorsão mediante sequestro praticado no exterior por estrangeiro contra o Presidente da República ( )
13. Ainda que tenha sido condenado no Japão e não tenha entrado no Brasil, será julgado pela Justiça brasileira o japonês que, em Tokio, tenha cometido homicídio contra cidadão brasileiro ( )
14. O princípio da *perpetuatio jurisdictionis* significa que a competência acompanha o autor, de modo que se numa ação civil mobiliária o demandante mudar de domicílio o poder de julgá-la se perpetua na nova Comarca em que o autor residirá ( )
15. A qualquer tempo antes de transitar em julgado, o juiz pode reconhecer de ofício e as partes podem arguir a incompetência absoluta do juiz, ao passo que a incompetência relativa o juiz não pode, de ofício, dar-se por incompetente e remeter os autos para o juiz competente ( )
16. As incompetências por prerrogativa de função e pelo valor da causa podem sofrer alteração em face de conexão, continência ou prevenção ( )
17. Se, por força de eleição de foro ou por inação das partes, o juízo territorial e relativamente incompetente processa e julga uma causa civil diz-se que ocorreu a prorrogação da competência ( )
18. Mesmo sendo critério territorial, a competência legal do juiz civil da comarca onde se encontra o imóvel, na ação real reivindicatória de propriedade, é absoluta e não pode ser derrogada por vontade das partes ( )
19. Uma ação civil litigiosa de união estável deve ser proposta na residência da mulher, ainda que os bens se encontrem no domicílio do marido réu da ação ( )
20. Uma ação possessória contra uma pessoa incapaz deve ser proposta no domicílio do próprio incapaz, sob pena de nulidade do processo ( )
21. A Justiça Federal, por força do critério de competência *ratione muneribus*, processa e julga litígios civis de estudante contra a Universidade de Brasília ( )
22. A conexão é o fenômeno pela qual duas ou mais ações possuem a mesma *causa petendi* e idêntico objeto (*petitum*), não importando se as partes são as mesmas ( )
23. A reunião do processo decorrente da conexão tem como uma das razões a necessidade de evitar decisões conflitantes ( )
24. Se na primeira ação o autor pede em juízo a invalidade de uma cláusula contratual e na segunda ação pede a invalidade de todo o contrato ocorrerá o fenômeno da litispendência ( )
25. O que torna prevento o juízo dentre diversos juízes de uma mesma comarca é a distribuição do processo, não importando qual juiz despachou em primeiro lugar ( )
26. Há conflito de competência negativo quando dois juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência ( )
27. Há conflito positivo de competência quando um juiz sentenciou um processo transitado em julgado e o outro pretende sentenciar processo idêntico ( )
28. A competência de órgão do Tribunal de Justiça para julgar os recursos de apelação contra as sentenças dos juízes se dá em atendimento ao critério da função ( )
29. No processo civil o réu deve alegar a incompetência, absoluta ou relativa, do juiz por meio do incidente de exceção de incompetência, sob pena de preclusão ( )
30. Compete à Justiça Estadual processar e julgar as lides referentes à recuperação judicial, insolvência civil, falência e acidente de trabalho ( )